



UFRGS
70 anos

UFRGS
70 anos



UFRGS / CPL
BIBLIOTECA
DATA 11/11/04

Reitora - **Wrana Maria Panizzi**

Vice-Reitor - **José Carlos Ferraz Hennemann**

Pró-Reitor de Ensino - **José Carlos Ferraz Hennemann**

Pró-Reitor Adjunto de Graduação - **Norberto Hoppen**

Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação - **Jocelia Grazia**

Pró-Reitor de Pesquisa - **Carlos Alexandre Netto**

Pró-Reitor de Extensão - **Fernando Setembrino Meirelles**

Pró-Reitora de Planejamento e Administração - **Maria Alice Lahorgue**

Pró-Reitor de Infra-Estrutura - **Helio Henkin**

Pró-Reitor de Recursos Humanos - **Dimitrios Samios**

Secretária de Assuntos Institucionais e Internacionais - **Sílvia Maria Rocha**

Secretária de Avaliação Institucional - **Ana Maria e Souza Braga**

Secretário de Educação a Distância - **Franz Rainer Alfons Semmelmann**

Secretária de Desenvolvimento Tecnológico - **Maria Alice Lahorgue**

Secretário do Patrimônio Histórico - **Christoph Bernasiuk**

Secretário de Assuntos Estudantis - **Angelo Ronaldo Pereira da Silva**

Coordenador de Educação Básica e Profissional - **Aldo Antonello Rosito**

Procurador Geral - **Armando Pitrez**

Chefe de Gabinete - **Carmen Regina de Oliveira**

Direitos reservados desta edição: **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Organização: **Carmen Regina de Oliveira e Flavia Boni Licht**

Capa, projeto gráfico, editoração eletrônica e seleção de imagens: **Rosâne Vieira**

Revisão: **Carmen Regina de Oliveira, Flavia Boni Licht e Maria da Glória Almeida**

Apoio: **Cláudia Kuele**

Hélgio Trindade

gestão 1992-1996



Em busca de uma “Universidade por inteiro”

A proposta político-acadêmica vitoriosa na eleição para a Reitoria, em 1992, comprometia-se radicalmente com uma gestão democrática com qualidade acadêmica. Mobilizada por um ambiente de viva ebulição intelectual e crítica, tinha, como idéia-força, a reconstrução de uma “universidade por inteiro”, que integrasse os diferentes segmentos da comunidade universitária, valorizando a instituição em todas as suas dimensões, para restabelecer sua missão acadêmica e social como universidade pública e gratuita.

O Plano de Gestão para o quadriênio 1992-1996 teve como referência orientadora alguns princípios básicos: uma universidade pública, aberta, crítica, voltada para a qualidade científica e comprometida

com a solução dos problemas nacionais, portadora de critérios de avaliação claros, alicerçada no pluralismo e na equidade; uma universidade autônoma e imune às injunções imediatas do poder político ou econômico na gestão administrativa, acadêmica e financeira; uma universidade democrática no processo de eleição dos dirigentes, no controle participativo e na garantia da pluralidade de opiniões.

Por ocasião do discurso de posse, tivemos a oportunidade de diferenciar a “universidade pública da idéia maliciosamente redutora de uma universidade meramente estatal”, afirmando que “a universidade é pública porque resultado do esforço solidário de todos, num país de sacrifícios e misérias como é o nosso, públicos devem ser os seus resultados, públicas as suas conquistas e descobertas, no ensino e na pesquisa, e, por isso mesmo, pública – e abrangendo segmentos cada vez mais amplos da população – a repartição dos resultados do saber”.

Desafios da UFRGS: prioridades institucionais e estratégias de ação

As instituições universitárias têm sido reféns dos modelos sociais dominantes, reproduzindo as fórmulas do saber e seus instrumentos. Os exemplos históricos, porém, têm demonstrado que as crises das instituições universitárias traduzem sua incapacidade de enfrentar as demandas sociais emergentes devido à rigidez provocada pelo sucesso do modelo anterior.

Em termos institucionais, foram dois os objetivos prioritários do reitorado para o período 1993-1996:

- a) estimular o desenvolvimento da qualidade acadêmica e científica em todos os campos do conhecimento, expandindo a capacidade da UFRGS como instituição universitária de alto nível;
- b) ampliar e diversificar as relações da UFRGS como instituição aberta à sociedade em suas dimensões regional, nacional e internacional.

As principais estratégias de ação implementadas ao longo do reitorado foram:

A reforma do Estatuto e o Regimento Geral

Entendido como condição básica para implementar uma forma mais democrática e eficiente de gestão universitária, diante de uma instituição marcada pelo tecnocratismo-burocrático da Lei Universitária de 1968, o processo de elaboração do novo Estatuto e do Regimento Geral, concluído em 22 de dezembro de 1995, foi um trabalho denso e persistente ao longo de mais de três anos da gestão. A direção da reforma estatutária, num contexto de reconstrução da democracia, tinha novos objetivos filosóficos e organizacionais: “encaminhar nosso projeto de desenvolvimento institucional de modo a responder à sua missão originária como centro da máxima consciencialização do processo cultural num contexto de transição para a nova universidade.” (discurso de posse do reitor)

A discussão do novo Estatuto no Conselho Universitário estendeu-se de janeiro de 93 a abril de 94. Foram ao todo 43 reuniões extraordinárias do Consun: cada reunião do Conselho era preparada pela Comissão Especial, que organizava uma série de artigos – avaliando as diferentes emendas apresentadas pelo conjunto da comunidade universitária com ampla participação dos três segmentos – e buscava obter na sua aprovação final uma posição consensual dos membros do Conselho.

O novo texto normativo da UFRGS foi encaminhado pelo reitor ao Conselho Federal de Educação (CFE) em 7 de novembro de 1994. Aprovado na íntegra foi publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 1995, o que permitiu o início imediato do processo de elaboração do Regimento Geral da Universidade. Com o objetivo de agilizar o processo de implantação do novo ordenamento jurídico da Universidade, constituiu-se em março a Comissão Mista do Consun e do Cocep, tendo como função “organizar o processo de discussão do novo Regimento Geral”.

As reuniões extraordinárias dos dois conselhos realizaram-se ao longo de um ano até a aprovação da totalidade dos artigos propostos no projeto de Regimento Geral. Terminada esta etapa, o texto foi submetido a uma revisão jurídica e formal. Em 22 de dezembro de 1995,

em sessão conjunta dos conselhos superiores, sob a presidência do reitor, aprovou-se por unanimidade o novo Regimento Geral.

Os novos Estatuto e Regimento Geral transformaram a Universidade, concebida como organização complexa e burocrática, numa instituição social. Nos dois primeiros títulos do Estatuto foram estabelecidos os princípios fundamentais que definem a natureza da instituição universitária, as dimensões básicas da sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, bem como as atividades-fim que lhe são próprias, o espaço que ocupa na sociedade democrática e as ações que envolvem o exercício das mesmas.

O melhor exemplo da transformação estatutária consubstanciou-se no Artigo 2 do referido texto: “a UFRGS como universidade pública é a expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade, constituindo em instancia necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas”.

Desenvolvimento acadêmico: ensino de graduação e pós-graduação

Houve um avanço significativo e uma expansão das atividades-fim nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão. Foi implementada uma nova política de desenvolvimento acadêmico, no sentido de dinamização, diversificação e ampliação de oportunidades, que resultou em uma melhoria da qualidade universitária e de sua contribuição ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e social da região e do país.

a) Graduação

O ensino de graduação teve orientado suas ações para a consecução de alguns objetivos básicos: aprimorar a qualidade do ensino de graduação; ampliar as possibilidades de acesso à universidade através do aumento de vagas discentes, criação de novos cursos e alterações no concurso vestibular; e integrar, efetivamente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, foi modernizado o processo de matrícula com registros *on line* de implantação, cancelamento e alteração de horários; aprovação de normas para jubramento e recusa

da matrícula (Resolução 38 do Cocep); dinamização do ingresso dos professores na UFRGS, vagas e concursos; análise socioeconômica do perfil dos estudantes para orientar as atividades de ensino e assistência estudantil.

Finalmente duas ações tiveram um impacto positivo sobre as atividades da graduação: de um lado a implantação dos Laboratórios de Ensino (Engenharia, Saúde, Educação, Matemática, Ciências Agrárias e Informática); Laboratórios para atividades teórico-práticas e práticas de graduação (Anatomia, Anatomia Humana, Microscopia Ótica, Anatomia Veterinária, Ensino e Produção de Vídeo da Fabico, Botânica e Geografia); de outro, a criação do Fórum das Licenciaturas para o avanço da UFRGS na política de expansão de suas licenciaturas e o Programa de Avaliação da Graduação que, por adesão voluntária, atingiu 21 das 22 unidades universitárias.

b) Pós-Graduação

Os objetivos para a área de pós-graduação basearam-se na prioridade de desenvolvimento acadêmico da UFRGS. Esta referência de prioridade para toda a área acadêmica da Universidade, no campo da Pós-Graduação traduziu-se num conjunto de políticas que visaram “a consolidação e a expansão qualificada dos cursos de pós-graduação, especialmente no nível de doutorado”, através da consolidação dos mestrados e a criação de novos doutorados; a mudança das normas da Pós-Graduação que não haviam sido modificadas desde a implantação do sistema de Pós-Graduação na UFRGS; a melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* a partir das avaliações desenvolvidas pela Capes; a dinamização dos cursos de especialização, buscando atender novas demandas; e, finalmente, espaço de discussão da Pós-Graduação, além da tradicional função desempenhada pela Câmara Especial de Pós-Graduação, no sentido de assegurar um alto nível das atividades da área. Neste último sentido foi instituído o Fórum da Pós-Graduação.

Em decorrência dessas políticas houve expansão dos cursos através da consolidação dos mestrados e expansão dos doutorados. Novos mestrados: Engenharia de Produção (1994); Biologia Animal

(1994); Engenharia Química (1994); Medicina: Endocrinologia (1995); Comunicação (1995) e Matemática Aplicada (1995). Novos doutorados: Botânica (1993); Sociologia (1993); Administração (1993); Música (1994); História (1995); Psicologia (1995); Matemática Aplicada (1995); Matemática (1995); Medicina: Endocrinologia (1996); Medicina: Pediatria (1996); Informática da Educação (1996) e Ciência Política (1996).

Desenvolvimento da pesquisa

A instituição de uma Pró-Reitoria Adjunta de Pesquisa buscou estimular o desenvolvimento da qualidade acadêmica e científica em todos os campos do conhecimento. Para alcançar tais objetivos foi definido um elenco de programas estratégicos: Programa UFRGS Jovem I e II (1994 e 1995), um espaço aberto de pesquisa para professores e alunos de 1º e 2º graus; Primeira Feira do Jovem Pesquisador (1995); Universidade para o Futuro: perspectivas da ciência, artes e tecnologias da UFRGS.

Além dos Programas de Iniciação Científica e de Fomento à Pesquisa foram introduzidos programas inovadores tais como: Programa Reflexões sobre a Ciência; Programa Cinema e Pesquisa; Programa dos Grupos Interdisciplinares de Pesquisa, Ensino e Extensão. Da mesma forma, como parte do Programa de Acompanhamento e Avaliação da Pesquisa, foram realizados vários Salões de Iniciação Científica; instituído o Livro da Pesquisa, com a produção científica dos pesquisadores da UFRGS; e, em colaboração com o CNPq, foi organizado o primeiro Diretório dos Grupos de Pesquisa da UFRGS.

A nova Pró-Reitoria organizou vários Seminários Interdisciplinares sobre temas desafiantes da sociedade brasileira, como por exemplo: Violência, segurança pública e cidadania (1993); Globalização: cidades e participação social, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, para discutir experiências de gestão pública e participativa no Brasil e na América Latina.

Desenvolvimento da extensão

O Programa Unicultura, de acordo com sua proposta original iniciada em 1992 abrange ações extensionistas de caráter artístico e cul-

tural. Como parte do processo de interação da universidade com a sociedade, e na versão inicial do Unicultura integravam nove projetos. A partir de 1994 são desenvolvidos onze projetos (Unimúsica, Unifilme, Unidança, Unicena, Univídeo, Unicâmara, Unimuseu, Uniarq, Uniarte, Unidéia, Unilivro). Em 1996, foi agregado o projeto Unifoto; em 1994 foram realizados 67 eventos e, em 1995, 59.

Programa de Desenvolvimento Social: Uniação – criado em 1992 com o objetivo de desenvolver a interação da universidade com interlocutores sociais oportunizando a professores, alunos e funcionários desenvolverem ações de ensino, pesquisa e extensão e relacionando conhecimento acadêmico com as necessidades das populações envolvidas.

Projeto extramuros – parceria das áreas de saúde, educação, recuperação urbana e regularização fundiária junto às organizações das Vilas Grande Cruzeiro e Glória; Projeto Trabalhadores Rurais – parceria UFRGS/Fundep/Coceargs para ações nas áreas de educação, saúde e produção em quatro assentamentos rurais; Seminário Cidadania e vida no campo e na cidade (1993); Cidadania no campo: repensando o desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul (1994); Conferência Internacional de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentado (1995); Projeto Trabalhadores Urbanos – parceria UFRGS/UAMPA: cursos de alfabetização, cidadania e associativismo nas ações comunitárias de Porto Alegre.

Aulas inaugurais, doutorados honoris causa e política integrada de ensino, pesquisa e extensão

A UFRGS restabeleceu a tradição das aulas inaugurais para o início do ano letivo. Duas delas, proferidas no Salão de Atos, foram marcantes para a comunidade universitária: a primeira, do sociólogo da Universidade de Coimbra, Boaventura de Souza Santos sobre “A crise e os desafios da Universidade Contemporânea” e a segunda, do filósofo Gerd Bornhein sobre “Ética e Política”, que representou sua reinserção simbólica na Universidade após sua aposentadoria compulsória pelo AI-5.

O Conselho Universitário revalorizou o título de Doutor *Honoris Causa* ao atribuir a personalidades que contribuíram nacional e internacionalmente para o desenvolvimento de suas áreas de conhecimento: o educador Paulo Freire; o economista Celso Furtado; o geógrafo Milton Santos e Eduardo Moacyr Krieger da Academia Brasileira de Ciências.

Dentro da política de desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, uma série de programas integrados foi implementada visando melhor articular a ação das pró-reitorias acadêmicas. O principal objetivo foi o de compatibilizar os diferentes programas ou atividades que, pela sua natureza, viabilizavam uma ação integradora. Os principais programas implementados foram: programa de bolsa a estudantes; apoio à participação em eventos; apoio à organização de eventos; programa de editoração de periódicos; programas dos grupos interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão; programa de núcleos interdisciplinares; fórum de licenciaturas da UFRGS.

No programa de grupos interdisciplinares de pesquisa foram instituídos vários grupos: informática na educação; português para estrangeiros; cultura e cidadania negras; zoneamento ambiental do morro Santana; filosofia e história da ciência. No programa dos núcleos interdisciplinares – vinculado ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão – funcionaram os seguintes grupos: Núcleo da Terceira Idade; Núcleo de Energia; Núcleo de integração universidade/escola; Núcleo da criança e do adolescente; Núcleo de alimentação alternativa e Núcleo de reanimação cardíaco-respiratória.

Política de interação Universidade-Sociedade

As prioridades institucionais da UFRGS foram definidas visando estabelecer um equilíbrio dinâmico entre a expansão da qualidade acadêmico-científica e o compromisso com a sociedade. Priorizar essas duas missões significou buscar o equilíbrio necessário entre a excelência acadêmica e a relevância social. A excelência acadêmica e a relevância social são indissociáveis na universidade pública da ética da equidade. As demandas pela democratização do saber, que emerge dos

mais variados segmentos da sociedade, exigiram da UFRGS uma ação inovadora no âmbito das oportunidades educacionais que se traduzissem na expansão das parcerias com o poder público e com amplos setores da sociedade.

A sintonia da comunidade universitária com essa concepção de universidade pública está inscrita no novo Estatuto que consagra a importância da relação universidade/sociedade ao definir que, para a consecução dos seus fins, a universidade deverá “manter ampla e diversificada interação com a comunidade, traduzindo uma relação organizada entre universidade e sociedade, pela articulação entre as diversas unidades da universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional”.

Nesta linha de atuação, algumas iniciativas importantes foram tomadas:

- a) Criação do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados, com o objetivo originário de criar condições efetivas para o desenvolvimento de projetos de abrangência nacional e internacional que contribuam para o desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico e cultural da América Latina;
- b) Instituição de um Conselho de Integração Universidade/Sociedade, como instância consultiva foi uma iniciativa pioneira da UFRGS estabelecendo um relacionamento direto com a sociedade e integrado por trinta membros representativos da Universidade, do poder público e da sociedade civil;
- c) Criação da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais, em 1993, com o objetivo de ampliar e diversificar as atividades de cooperação e intercâmbio com instituições públicas e privadas nacionais e estrangeiras, e aumentar a capacidade institucional de respostas às demandas da sociedade;
- d) Criação da Fundação de Apoio da UFRGS (FAURGS), aprovada pelo Consun em maio de 1994, com os objetivos básicos de apoiar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, a prestação de serviços técnico-administrativos à UFRGS e à comunidade, além da realização de atividades científicas e culturais e a concessão de bolsas;

e) Criação do *Projeto Tecnópole de Porto Alegre*, com o desenvolvimento de projetos da UFRGS em parceria com o poder público (Prefeitura de Porto Alegre), outras universidades (PUC/RS e Unisinos) e com o setor empresarial (Fiergs Sebrae, Federasul).

Planejamento, qualificação e avaliação institucional

A visão integradora da gestão universitária adotada pela UFRGS no período implicou uma articulação sistêmica dos seguintes elementos: o projeto global da Universidade (reestruturação institucional através da implantação do novo Estatuto e Regimento Geral); o planejamento estratégico enquanto instrumento de trabalho junto a diferentes unidades da estrutura acadêmica; a avaliação institucional geradora de novos dados internos e comparativos; um sistema de informações informatizado.

Além do planejamento estratégico criado, em 1995 no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento para dar suporte metodológico às unidades, departamentos e demais núcleos da UFRGS, o Programa de Avaliação Institucional visou implantar e desenvolver um processo avaliativo de caráter institucional. O objetivo do projeto era contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços que a instituição presta ao Estado e ao país, e, fortalecer seu compromisso social. A avaliação, vinculada ao PAIUB, atingiu entre 1993 e 1995 praticamente todos os cursos da UFRGS. A etapa da avaliação interna qualitativa foi precedida de um diagnóstico quantitativo sobre os cursos. Na seqüência, procedeu-se a avaliação externa com o objetivo de completar o processo de avaliação.

Relações institucionais e internacionais

A referência norteadora dos esforços de relações institucionais e internacionais está contida na Portaria do reitor (julho de 1993) que instituiu a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais: “considerando a ampliação e diversificação das atividades de cooperação e intercâmbio com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como a necessidade de estimular os esforços no sentido de aumentar a capacidade institucional de respostas às demandas da sociedade”. Em setembro de 1995, a Portaria 3.989 instituiu a

Comissão de Relações Internacionais da Universidade, atribuindo-lhe as funções de “propor diretrizes e ações para efetivação dos acordos de cooperação e intercâmbio e promover a busca de novas fronteiras para a cooperação e intercâmbio internacional”.

Alguns dados podem ser citados sobre os resultados da ação da nova assessoria:

- a) Os convênios com universidades estrangeiras cresceram de 12 para 24 países e o número de convênios de 41 para 74 no período 1993-1996;
- b) Participação ativa na Associação de Universidades Grupo de Montevideu (AUGM), constituída por universidades públicas da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, para a criação de um espaço acadêmico regional de cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural;
- c) Rede Santos-Dumont Franco-brasileira de Universidades: reunindo, a partir de 1994, 26 universidades brasileiras e 29 francesas. Na oportunidade, a UFRGS assumiu a coordenação da rede brasileira em associação com a Universidade de Toulouse;
- d) Relações inter-institucionais: a UFRGS foi crescentemente demandada a produzir uma ação sistemática de apoio e coordenação de programas integrados e de convênios e acordos com instituições públicas e privadas. A relação mais ampla se deu com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com a qual foram desenvolvidos mais de trinta programas de pesquisa e cooperação técnica, desde a Tecnópolis até a despoluição do Guaíba. Houve também convênios com prefeituras municipais via Famurs e secretarias estaduais, ministérios e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras.

Política integrada do espaço físico

O Plano de Gestão define em três programas de ação suas prioridades quanto a melhoria do ambiente acadêmico e dos recursos técnicos. Em setembro de 1992 existia um conjunto de obras paralisadas por falta de recursos numa área de 35.893 m² (13,3% da área global então em uso). Através de convênios firmados com diversas fontes de financiamento, foi retomada parte destas edificações num total de 18.334 m², o que corresponde a mais de 50% das que estavam paralisadas.

O outro programa prioritário foi o de promover a melhoria do ambiente acadêmico nos diferentes *campi*, como: ampliação da iluminação pública, pavimentação de pistas, calçadas e passeios, urbanização de praças e jardins. O terceiro programa contempla a modernização das instalações para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa com recursos próprios da universidade, tais como reformas de salas de aula, laboratórios e bibliotecas num total de 4.161 m². Além disto, novas edificações foram realizadas e concluídas dentre as quais destacam-se: os prédios da Faculdade de Medicina, do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados; Departamentos de Bioquímica, de Biofísica e de Botânica; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Instituto de Informática; Instituto de Biociências (Campus do Vale); expansão do Centro de Ecologia, bem como prédios construídos em contrapartida a equipamentos de pesquisa: Laboratórios de Implantação Iônica; Microscopia Eletrônica; Patologia Aviária; Teste para Pavimentos; Central Analítica da Química; Estatigrafia do Instituto de Geociências; Laboratório de Pesquisa do Exercício da ESEF. A construção dos novos prédios da Escola Técnica e do Colégio de Aplicação viabilizou a expansão do segundo grau vinculado a UFRGS, permitindo a ampliação dos espaços para o ensino de graduação.

Finalmente, foi encaminhado ao MEC um documento elaborado pelo Conselho Universitário, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração e do Escritório Técnico, intitulado *Estimativa de custo das emergências da UFRGS* o que indicava, à época, que, para o enfrentamento apenas das obras de “emergências”, seria necessário um aporte de dezoito milhões de reais pelo MEC, o que não ocorreria até o final da gestão.

Política de desenvolvimento de recursos humanos e de assistência à comunidade universitária

O desenvolvimento de uma política de recursos humanos foi uma das prioridades ao longo da gestão e sua concepção baseou-se numa perspectiva integradora da qualificação dos recursos docentes e técnico-administrativos. Tal política não teria avançado se não fossem criadas novas instâncias de planejamento, discussão e implementação: o novo Conselho Técnico Consultivo para o desenvolvimento

de Recursos Humanos (1993) e a posterior criação da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária.

Algumas ações foram decisivas na área: desde os Seminários Gerenciais Permanentes às políticas de capacitação docentes e de técnicos-administrativos. Após diagnóstico realizado sobre a capacitação dos técnicos-administrativos, foi desenvolvido o Programa de Capacitação e Desenvolvimento Gerencial: Curso de Especialização em Gestão Universitária, Seminário de Atualização para as Chefias, Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional.

No que concerne à área de serviço de assistência à comunidade universitária, nos dois primeiros anos foram desenvolvidos, a cargo da Pró-Reitoria da Comunidade Universitária, vários programas visando a melhoria da qualidade e agilização dos serviços de saúde e assistência: implantação do vale-refeição, do vale-alimentação e melhoria da qualidade dos restaurantes universitários bem como dos programas destinados à comunidade estudantil: Programa de Apoio ao Estudante, Programa de Capacitação Profissional para Alunos de Graduação, Programa para Alunos da Casa do Estudante Universitário e Programa de Auxílio a Eventos Estudantis.

Epílogo

Concluindo esta apresentação sintética (cujo detalhamento se encontra na publicação *Plano de Gestão/Prestação de Contas 1993/1996*, UFRGS, 1996, 188 p.), diríamos que houve durante a nossa gestão uma preocupação permanente, de um lado, em responder às necessidades de curto prazo e, de outro, dotar a UFRGS de uma estrutura democratizada que permitisse o funcionamento ágil e articulado da instituição, para responder eficazmente aos desafios acadêmicos com qualidade e assumir plenamente sua responsabilidade social de universidade pública no médio e longo prazos.